

**A Companhia de Jesus e o Desafio da Catequização do Gentio: uma dupla batalha
contra os costumes indígenas e a exploração imposta pelos colonizadores portugueses**

Ana Lúcia Sales de Lima

Resumo: Este trabalho tem por objetivo analisar como os inacianos da Companhia de Jesus encararam os desafios da catequização do gentio na colônia portuguesa e ainda como os colonizadores se utilizaram dos costumes pertencentes aos nativos para escravizá-los. O período do estudo recai entre 1549 quando a primeira missão jesuítica munida por cinco religiosos e supervisionada pelo padre Manuel da Nóbrega desembarcou em solos brasílicos juntamente com o Governador Tomé de Sousa (inaugurando a centralização política e administrativa da colônia por meio do Governo Geral) e 1557 quando os métodos utilizados na catequese e as formas de evangelização se alterariam e os nativos passariam a integrar as aldeias cristãs. Visando alcançar o objetivo proposto, utilizaremos como fonte para nossa pesquisa a correspondência produzida pelos inacianos neste período, além de procedermos à análise bibliográfica acerca da temática em questão, almejando desenvolver um diálogo entre as fontes e a historiografia. As cartas se constituíram em um dos principais meios de comunicação entre a colônia e a metrópole. Os jesuítas foram incentivados pelo superior da Companhia de Jesus Inácio de Loyola desde a formação nos colégios a importância que possuía o ato de escreverem cartas tanto para manterem informados seus superiores como para assegurarem a união dos inacianos que estavam dispersos em outras missões. Estes escritos eram enviados à Roma, onde eram lidos com cautela e encaminhados ao monarca português para que o mesmo pudesse tomar as medidas necessárias, ou mesmo para ter conhecimento do trabalho catequético. Estes relatos exprimiam o cotidiano na costa brasileira, a pregação dos padres e as relações firmadas entre padres, colonos e nativos. Quando os jesuítas desembarcaram na colônia portuguesa em 1549 para zelar pelos preceitos da Igreja e principalmente para evangelizar e proteger os naturais da terra encontraram um cenário onde os colonos procuravam por todas as formas e meios escravizar os gentílicos. A partir da presença dos religiosos nos trópicos, os portugueses tiveram que construir um discurso que legitimasse sua exploração frente ao indígenas. Neste sentido, utilizaram a própria cultura ameríndia elevando seus costumes a barbárie. Desse modo, os jesuítas possuíam uma árdua batalha no mundo colonial reduzir os costumes dos nativos em favorecimento aos preceitos da fé católica para assegurar a salvação das almas dos “negros da terra” e ainda lutar contra a postura dos portugueses que exploravam os índios de forma ilícita e acabavam comprometendo o trabalho catequético.

Palavras-Chave: Companhia de Jesus – Indígenas - Colonização – América Portuguesa.

A armada do primeiro Governador Geral Tomé de Sousa¹ deixou Lisboa em 02 de Fevereiro de 1549 e aportou na costa brasileira em 29 de Março do mesmo ano com cerca de mil homens² que foram escalados, sobretudo para realizar a “construção” da cidade de Salvador que seria a sede do Governo Geral. Todavia, isto não significou o fim das capitanias hereditárias, mas sim o surgimento de um novo poder centralizador para auxiliar aquele sistema que apresentava fragilidades e impedia que a colônia se desenvolvesse e progredisse economicamente.

Dentre os homens oriundos do reino luso, desembarcaram com o Governador os membros da Companhia de Jesus³, supervisionados pelo padre Manuel da Nóbrega que permaneceu até 1559 como superior dos jesuítas no Brasil. Juntamente com o superior integravam a primeira missão jesuítica os padres: Leonardo Nunes, Juan de Azpicueta Navarro, Antonio Pires e os irmãos Vicente Rodrigues e Diogo Jácome. Esta foi a primeira incursão religiosa que objetivava a evangelização dos naturais da terra.

Designados pelo monarca D. João III (1521-1557) tanto o corpo que compunha o Governo Geral como os discípulos de Deus integravam parte do projeto de colonização portuguesa do Novo Mundo. Para o rei luso a colonização das terras brasílicas se fundamentava na propagação da fé católica e sobretudo na salvação das almas dos indígenas que segundo os religiosos estavam prenhes de pecados. Desse modo, os jesuítas ficaram responsáveis pela conversão e conseqüentemente pelo combate aos costumes gentílicos em favorecimento a instauração dos preceitos da Igreja. Neste sentido, Hue acentua que “a missão de Tomé de Sousa e do grupo de jesuítas era francamente civilizatória. A idéia consistia em unir as forças civilizadas à selvagem terra brasílica (HUE, 2006, p. 11).

Assim que a Companhia de Jesus desembarcou na colônia no ano de 1549, voltou suas atenções para seu principal objetivo que a motivou a atravessar o Atlântico: a catequese dos povos que habitavam as terras brasílicas. Todavia, aquele território além de abrigar indígenas, acolhia os colonos portugueses que estavam incumbidos de “construir” um novo mundo na América.

Os jesuítas chegaram na capitania da Bahia em Março supervisionados por Manuel da Nóbrega que tratou de descrever as primeiras impressões que teve sobre a terra e seus habitantes. A primeira carta escrita por Nóbrega⁴ foi destinada ao padre Simão Rodrigues de Azevedo e certamente encaminhada posteriormente à D. João III. Na correspondência o jesuíta informa sobre os aspectos gerais do território e dos indígenas, mostrando uma grande preocupação com o desregramento da vida, tanto dos nativos como dos portugueses no mundo colonial. Segundo este relato, os padres encontraram a terra em paz e se estabeleceram em uma povoação que abrigava de 40 à 50 pessoas. Uma das primeiras medidas tomadas pelos inacianos foi a de confessar todos os ocupantes da armada e logo em seguida ministrar a primeira missa no Brasil. Posteriormente desenvolveram uma divisão de tarefas, tendo em vista o ínfimo número de religiosos para assistir os habitantes da terra. Dessa maneira, coube ao superior da missão pregar ao Governador e aos habitantes da nova cidade (depois conhecida como Vila Velha), o padre Vicente Rodrigues⁵ transmitiu a doutrina aos meninos e procurou ensinar as primeiras letras aos nativos. O padre Navarro ficou responsável de viver com os gentios em suas tribos com a tarefa de catequizá-los, e, conseqüentemente obter o aprendizado da sua língua (condição que facilitaria a conversão dos naturais da terra). Aos índios da capitania de Porto Seguro ficaram sob a tutela dos religiosos Leonardo Nunes e Diogo Jácome, pois havia notícias de que os moradores daquelas terras viviam em grandes pecados (NÓBREGA, 1988, pp. 71-74).

Segundo Leite (1956) o superior da missão inaciana buscava repartir os padres e irmãos de acordo com suas habilidades e o espírito de cada um. Neste sentido os membros da Companhia foram ocupando a costa brasileira primeiramente pelas capitanias vizinhas da Bahia, ou seja, “da parte do Sul, as de Ilhéus e Porto Seguro; depois a de São Vicente mais

distante; logo a seguir, a intermídia, do Espírito Santo (entre Porto Seguro e São Vicente); e da parte do norte, Pernambuco” (LEITE, 1956, p.08).

Devido ao reduzido número de padres existentes na primeira missão, a movimentação dos inacianos entre as vilas, capitânicas e principalmente sobre as aldeias indígenas foi imprescindível. Os discípulos de Deus buscavam priorizar as localidades onde os comportamentos desviantes à moral cristã estavam mais arraigados ou mesmo regiões que existissem a incidência de conflitos entre os colonos e os naturais da terra. Este cenário foi comumente visto pelos jesuítas, pois antes da presença dos padres, os portugueses exploravam os naturais da terra em seus negócios sem serem contestados. A partir do momento que integravam a realidade colonial, estes religiosos começaram a questionar as atitudes dos colonizadores frente aos indígenas, tanto no que concerne a utilização destes homens no trabalho, como no modo em que se relacionavam sexualmente. Destarte a prioridade das missões jesuíticas em solos coloniais consistia “em fazê-los de bárbaros homens, e de homens cristãos, e de cristãos perseverantes na fé (LEITE, 1956, p.12).

De acordo com as observações descritas por Nóbrega os principais costumes indígenas a serem reduzidos pela doutrina cristã eram: a nudez, a poligamia, o incesto, as guerras intertribais e a antropofagia (NÓBREGA, 1988, p.75). Importante destacar que os costumes pertencentes à cultura ameríndia foram utilizados como argumento e mecanismo de exploração pelos lusitanos, ou seja, eles se apropriaram dos costumes para escravizar os índios ou até para legitimar seu discurso de que aqueles homens possuíam costumes bárbaros e dessa maneira poderiam ser reduzidos a servidão.

A nudez dos nativos foi encarada pelos primeiros portugueses que desembarcaram na costa brasileira como uma característica que lembrava os elementos da natureza, um sinônimo de pureza e inocência. A carta escrita por Pero Vaz de Caminha em 1500 demonstra com clareza esta percepção: “andam nus, sem cobertura alguma. Não fazem o menor caso de encobrir ou de mostrar suas vergonhas; e nisso têm tanta inocência como em mostrar o rosto” (CAMINHA, 2009, p. 95).

Todavia, a inocência da nudez traçada por Caminha no primeiro contato com as populações nativas paulatinamente cedeu lugar à concepção de barbárie. Isto ocorreu ao longo das outras expedições portuguesas aos trópicos. A ausência de vestimentas assegurou aos indígenas um título de bárbaro, algo que legitimaria o discurso português quando a escravidão dos nativos era contestada, sobretudo a partir da presença jesuítica em 1549. Para os jesuítas a nudez do ameríndio ofendia e agredia os princípios cristãos. Além disso com o trabalho desenvolvido pelos padres não seria apropriado que os índios desnudos freqüentassem as celebrações religiosas. Visando atenuar este problema, os padres por meio das cartas solicitavam o envio de tecidos, ou mesmo vestimentas para cobrir as vergonhas dos índios (NÓBREGA, 1988, p. 74).

Serão cá muito necessarias pessoas que teçam algodão [...]. Também peça Vossa Reverendíssima algum petitorio de roupa, para entretanto cobrirmos estes novos convertidos, ao menos uma camisa a cada mulher, pela honestidade da Religião Cristã, porque vêm todos a esta cidade á missa aos domingos e festas, que faz muita devoção e vêm resando as orações que lhes ensinamos e não parece honesto estarem nus entre os Christãos na igreja, e quando ensinamos (NÓBREGA, 1988, p. 85).⁶

Segundo Cardim (1980) mesmo quando a nudez de alguns nativos havia sido coberta após a imposição jesuítica, os indígenas não acatavam a ordem dos padres por honestidade ou mesmo constrangimento, mas sim por cerimônia e obrigação. Contudo, mesmo munidos com a vestimenta oferecida pela Companhia, os gentios deixavam suas ocas usando o mínimo de roupa possível. Os homens usavam apenas os “jones que lhes dão pelo umbigo sem mais nada” e as mulheres “fazem muito caso de fitas e pentes” além de braceletes e outros enfeites (CARDIM, 1980, p. 90).

A poligamia foi outro aspecto da cultura nativa combatido pelos jesuítas. Os padres insistiam junto aos nativos sobre a importância de possuírem apenas um cônjuge e buscavam legitimar estas uniões por meio dos casamentos nos moldes da Igreja Católica, visto que só dessa maneira os matrimônios seriam abençoados por Deus. O casamento também assegurava que o índio pudesse receber o batismo, pois estando em condição poligâmica estaria em pecado e logo não poderia receber as bênçãos da Igreja. Neste sentido, as uniões matrimoniais também representavam uma maneira de salvar as almas nativas.

Os casamentos nos moldes da doutrina cristã segundo o padre Cardim foram aos poucos acontecendo entre os membros das aldeias, “porem há muita duvida se são verdadeiros, assim por terem muitas mulheres, como pelas deixarem facilmente por qualquer arrufo, ou outra desgraça, que entre elles aconteça” (CARDIM, 1980, p. 88). Sobre estas relações Hans Staden⁷ observou que “a maior parte deles tem uma só mulher; outros tem mais. Mas alguns dos seus principais têm 13 ou 14 mulheres” (STADEN, 2010, p. 151).

Contudo, as relações poligâmicas não se limitavam apenas aos naturais da terra. Com a chegada dos portugueses na América, e, principalmente com a criação das capitânicas hereditárias, o número de homens solteiros cresceu, tendo em vista que não havia mulheres nas primeiras expedições ao Novo Mundo. Isto fez com que os lusitanos se envolvessem intimamente com as mulheres da terra, ou seja, foram amancebando-se alheios aos preceitos da fé católica.

Em sua correspondência, o padre Manuel da Nóbrega registrou e condenou a existência de tais relações descrevendo: “nesta terra há um grande pecado, que é terem os homens quasi todos suas Negras por mancebas, e outros livres que pedem aos Negros por mulheres, segundo o costume da terra, que é terem muitas mulheres” (NÓBREGA, 1988, p.79).⁸

Desse modo, as relações entre os colonizadores e os nativos ocorriam de três formas distintas. Na primeira, os lusos se envolviam com as mulheres da terra motivados por aventuras corriqueiras e passageiras sem estabelecer qualquer tipo de compromisso. Em segundo lugar, construía uniões estáveis (vivendo a semelhança do matrimônio cristão, porém sem a benção da Igreja). E por último, o mais grave aos olhos da Companhia, seriam os amancebamentos frutos de ataques portugueses às tribos gentílicas. Em tais ataques os portugueses raptavam as mulheres e as escravizavam. No relato traçado pelo padre Antonio Pires, de Pernambuco em 02 de Agosto de 1551, destinado aos padres e irmãos de Coimbra podemos visualizar estas preocupações:

Ay en esta tierra un costumbre que lo más de los hombres no reciben el Santo Sacramento, porque tienen las negras con que están amancebados [...] Lo que todo se haze a nuestras costas, pues aora es nuestro officio remediarlo. El mayor trabajo que aora tenemos es, que avrá en esta población algunas cincuenta negras o más, afuera otras que están por las haciendas, las quales fueron traydas de las aldeas por los blancos para las tener por mancebas (LEITE, 1956, p. 262).

Os jesuítas buscavam remediar estes casos procurando legalizar estas uniões por meio da consagração do matrimônio cristão, para que tanto os senhores como suas mancebas não vivessem em pecado. Além disso, um ambiente social onde ocorriam relações ilícitas comprometia a catequese. Por sua vez, os senhores se sentiam ameaçados perante a imposição jesuítica, pois acreditavam que o casamento daria direito a liberdade às suas cativas. Podemos observar este cenário por meio do escrito do padre Manuel da Nóbrega em 13 de Setembro de 1551 que trazia a tona estes questionamentos.

Os que estão amancebados com suas mesmas escravas, fazemos que casem com ellas e, por ser costume novo a seus senhores, hão medo que casando lhes fiquem forras, e não lho podemos tirar da cabeça. [...] devia El-Rei de mandar enganar aos senhores, que não ficam forros, porque isto arreceiam; que d’outra maneira todos os casariam (NÓBREGA, 1988, p. 121).

O excerto retirado da correspondência inaciana demonstra a clara preocupação com a situação nas fazendas dos senhores na capitania de Pernambuco. Nota-se um apelo ao monarca de Portugal para que ele tomasse medidas que assegurasse aos senhores que suas cativas não ganhariam a liberdade se houvesse a oficialização destas uniões. Neste discurso observamos que a Companhia mesmo não possuindo mecanismos para libertar as índias que estavam reduzidas a escravidão, buscaram libertar suas almas através da benção do matrimônio, pois só assim poderiam receber o batismo cristão e alcançar a salvação.

Em São Vicente segundo as informações fornecidas pelo padre Leonardo Nunes em 20 de Junho de 1551 os avanços eram notáveis. O inaciano retratou que “dos que estavam amancebados com Índias se casaram com ellas, que são até quinze ou dezeseis, e agora andam alguns sete ou oito para fazer o mesmo”. Dos homens que vieram casados de Portugal e que estavam amancebados com as negras da terra, “se apartaram cá das mancebas, e outros solteiros, depois de deixar as Indias escravas, se casaram com filhas de homens brancos” (NAVARRO, 1988, pp. 91-92). As relações ilícitas ocorreram de forma corriqueira durante todo o período em pauta. Por mais que os jesuítas travassem uma árdua batalha contra a incidência deste tipo de relacionamento, ele foi um dos modos com que o português se utilizou para se fixar no território e explorar os nativos. Para atenuar esta situação os servos de Deus solicitaram junto à D. João III o envio de mulheres para a colônia, “ainda que fossem erradas”, mas que não tivessem perdido o temor a Deus. Assim casavam e evitavam que os colonos fossem amancebar-se com as nativas (NÓBREGA, 1988, p. 80).

As relações estabelecidas entre os colonizadores e as mulheres da terra, de acordo com Monteiro (1994), não teriam sido motivadas pelos anseios sexuais que a nudez gentílica despertava, mas sim por uma estratégia desenvolvida pelos colonos. Tudo indica, segundo o autor, que esta seria uma maneira dos portugueses através dos relacionamentos com as índias se infiltrarem no interior das aldeias e desse modo agir para persuadir os membros da tribo em favor de seus interesses econômicos. Isto significava que se aproximavam das nativas para conseguirem explorar a mão-de-obra dos membros da aldeia, os quais escravizavam.

Quando o superior da missão retratou as primeiras impressões que teve dos naturais da terra, ele observou que os índios manifestaram grande desejo de ser como os padres e aprender a doutrina cristã. Segundo o religioso, se os negros da terra ouvissem a celebração da missa procuravam ir ao encontro dos inacianos, levantando as mãos ao céu em um gesto de devoção. Além disso, eles diziam que estavam dispostos a abandonar seus costumes e ter uma vida como a dos inacianos (NÓBREGA, 1988, p. 71).

Diz que quer ser christão e não comer carne humana, nem ter mais de uma mulher e outras cousas; sómente que há de ir a guerra, e os que captivar, vendel-os e servir-se delles, porque estes desta terra comem-se uns aos outros, digo os contrarios. E' gente que nenhum conhecimento tem de Deus (NÓBREGA, 1988, p.72).

Os jesuítas observaram que a costa brasileira era habitada por grupos diferentes, que embora pertencessem ao mesmo tronco lingüístico e compartilhassem determinadas crenças e costumes, se comunicavam por dialetos distintos.⁹ Após estabelecerem contato com os naturais da terra, os padres elencaram características para classificá-los em grupos diversos.

Acredita-se que Manuel da Nóbrega os distinguiu a partir do território que ocupavam no sentido sul-norte, na medida em que percorriam as aldeias: os goianases¹⁰ e os carijós¹¹ na capitania de São Vicente, os guaimures¹² ao norte do Espírito Santo, os tupiniquins¹³ em Porto Seguro e os tupinambás¹⁴ na Bahia, cenário do primeiro contato com os naturais da terra (LEITE, 1956 p. 13).

Assim, independente do grupo existente na colônia ou mesmo dos costumes que eles compartilhavam, havia um traço na cultura ameríndia que se apresentou como um grande obstáculo à conversão daqueles indivíduos: a guerra. Por mais que os indígenas acatassem, a seu modo, os apelos dos padres no que concerne ao abandono de seus hábitos, a guerra estava extremamente arraigado. Este traço da cultura nativa foi rapidamente percebido pelos

européus. Segundo os padres, os indígenas estavam dispostos a tudo menos deixar de ir à guerra (NÓBREGA, 1988, p. 72). Algo que os portugueses iriam se aproveitar para conseguirem mão-de-obra escrava.

Na verdade, os jesuítas não eram contrários a guerra em si, mas sim às implicações que dela resultavam, pois os índios derrotados eram aprisionados e levados para as aldeias dos vencedores onde eram comidos em grandes cerimônias antropofágicas. Vejamos a descrição de Manuel da Nóbrega a esse respeito:

Fazem guerra, uma tribo a outra, a 10, 15 e 20 leguas, de modo que estão todos entre si divididos. Si acontece aprisionarem um contrario na guerra, conservam-no por algum tempo, dão-lhe por mulheres suas filhas, para que o sirvam e guardem depois do que o matam dom grande festa e ajuntamento dos amigos e dos que moram por alli perto, e si delles ficam filhos, os comem, ainda que sejam seus sobrinhos [...] E' esta a cousa mais abominável que existe entre elles. Si matam a um na guerra, o partem em pedaços, depois de moqueados os comem, com a mesma solemnidade; e tudo isto fazem com um odio cordial que têm um ao outro [...] (NÓBREGA, 1988, p. 90).¹⁵

A guerra era uma atividade comumente exercida pelos índios do litoral brasileiro e isto foi observado pelos portugueses já no início da colonização.

Estes índios têm grandes guerras uns contra os outros e assim nunca se acha neles paz, nem será possível (segundo são vingativos e odiosos) vedarem-se entre eles estas discórdias por outra nenhuma via [...] E somente com esta sede de vingança, sem esperanças de despojos, nem de outro algum interesse que a isso os mova, vão muitas buscar seus inimigos mui longe, caminhando por serras, matos, desertos e caminhos mui ásperos [...] (GANDAVO, 2008, p. 129).

Segundo os relatos de Jean Léry¹⁶ que permaneceu prisioneiro dos índios tupinambás quase um ano, os naturais da terra não guerreavam para conquistar territórios, nem tampouco para obter algum favorecimento com os seus prisioneiros, mas sim por quererem “vingar pais e amigos presos e comidos, no passado” e complementa dizendo: “são tão carniceiros uns contra os outros que quem cai no poder do inimigo não pode esperar remissão” (LÉRY, 2007, p. 183).

Para Nóbrega os embates entre as tribos não se originavam da avareza, “porque não possuem de seu mais do que lhes dão a pesca, a caça e o fructo que a terra dá a todos, mas sómente por odio e vingança” (NÓBREGA, 1988, p. 90). Antes de partirem para o combate procuravam o líder da aldeia e este os aconselhava, se o momento era adequado para guerrearem. Caso o pajé concordasse, se direcionavam à tribo inimiga para o combate, porém caso não houvesse autorização por parte do líder, as ordens não eram desacatadas. (STADEN, 2010). Léry acentuava que entre os tupinambás os guerreiros buscavam o *peorerupiché* (um chefe tribal geralmente velho) para saberem se era o momento ideal para guerrear. Esta “consulta” poderia levar mais de seis horas e atraía toda atenção dos guerreiros (LÉRY, 2007, pp. 184-185).

A guerra, além de vingar o ente querido e preservar sua memória, também significava o amadurecimento e a bravura do gentio. Assim podemos compreender a importância da guerra para o indígena, pois implicava em seu amadurecimento como homem e no respeito dos outros integrantes da aldeia. A guerra, a vitória sobre o inimigo, e a antropofagia, eram inclusive, pré-requisitos para o casamento. Segundo o padre Cardim, “nenhum mancebo se acostumava casar antes de tomar contrario, e perseverava virgem até que o tomasse e matasse correndo-lhe primeiro suas festas por espaço de dous ou tres annos” (CARDIM, 1980, p. 88).

Quanto mais vitórias obtinha um guerreiro, mais nomes acrescentava ao seu. Desse modo, com a sucessão de vitórias, abandonaria seu primeiro nome (geralmente ligado a algum elemento da natureza) em favor de outros, que conquistasse com os combates. Sendo assim, um maior numero de vitórias, proporcionava ao guerreiro uma maior respeitabilidade mediante sua tribo. (SALVADOR, 1982, p. 85).

As guerras eram precedidas por um certo planejamento. Segundo Staden (2010), antes de partirem para as batalhas os nativos fabricavam na aldeia, com a contribuição das índias, um tipo de farinha feita com mandioca para suprir suas necessidades alimentícias enquanto estivessem em combate. As lutas entre as tribos poderiam se arrastar por sete dias ou mais. Os indígenas geralmente guerreavam duas vezes ao ano, nos meses de Agosto, período de desova de um peixe, conhecido pelos portugueses como tainha, e em Novembro - época da colheita do milho e da mandioca. Dessa forma, os membros da tribo que permaneciam nas aldeias não ficavam desprovidos de alimentos.

Após se prepararem devidamente para as guerras, se direcionavam a tribo inimiga para combatê-los. Após o término das lutas retornavam para casa o mais rápido possível. Os inimigos mortos na guerra eram consumidos no caminho de volta, enquanto aqueles que haviam sido feitos prisioneiros eram levados até a tribo, onde ocorreria o ritual antropofágico com a participação de todos os membros da aldeia. Só assim, a vingança dos nativos se consolidava (STADEN, 2010).

A chegada à tribo com os prisioneiros era motivo para grande comemoração. Eles preservavam a vida do inimigo para que todos na tribo pudessem vingar a morte de seus entes queridos, por meio da antropofagia. Assim, acomodavam-no em uma “casa” e davam-lhe como esposa a índia mais formosa da aldeia. Esta seria responsável por sua alimentação e pelos principais cuidados. O prisioneiro permanecia reservado enquanto os membros da aldeia faziam os preparativos para a cerimônia. Outras tribos vizinhas também eram convidadas para este ritual. Assim, toda tribo se manifestava e se organizava para a preparação daquela grande celebração. Depois de tudo organizado, o prisioneiro era trazido e um membro da tribo desferia um violento golpe em sua cabeça.

E como desta maneira o acabam de matar, fazem-no em pedaços, e cada principal que ai se acha leva seu quinhão para convidar a gente de sua aldeia. Tudo enfim assam e cozem, e não fica dele coisa que não comam todos quantos há na terra. Salvo aquele que o matou não come dele nada, e, além disso, manda-se sarjar por todo o corpo, porque tem por certo que logo morrerá, se não derramar de si aquele sangue tanto que acaba de fazer seu ofício (GANDAVO, 2008, p. 138).

A descrição dos hábitos antropofágicos efetuada acima tem o objetivo de mostrar o quanto isso era repudiado pelos colonizadores, sobretudo pelos clérigos. O estranhamento não era pela guerra em si, pois essa fazia parte da cultura européia. O execrável era a antropofagia ritualizada, preche de significados, dos nativos. Neste sentido, escreveu o padre Navarro:¹⁷

[...] é que muito arraigado está nelles o uso de comer carne humana, de sorte que, quando estão em artigo de morte, soem pedil-a, dizendo que outra consolação não levam sinão esta, da vingança de seus inimigos, e quando não lha acham que dar, dizem que se vão o mais desconsolados deste mundo. Gasto grande tempo parte do tempo em reprehender esse vicio. [...] Dizem outros que é o modo usal de vingarem-se, e que os contrarios praticam o mesmo a respeito delles e que eu não deveria arrancar-lhes este seu alimento (NAVARRO, 1988, p. 77).

A antropofagia foi duramente reprimida pelos membros da Companhia de Jesus. Os padres não mediram esforços para convencer os nativos da barbárie que estavam cometendo lutando contra um dos principais aspectos da cultura ameríndia. Segundo Luís (1976) “essa transformação de tribos selvagens em povos civilizados, foi talvez um sonho da Companhia de Jesus, naqueles tempos de aspirações desmedidas, de aventuras incríveis” (LUÍS, 1976, p.79). Contudo, o insuficiente número de religiosos, somada ao vasto território e a grande quantidade de aldeias comprometiam a luta dos inacianos contra a incidência desta prática. Segundo os próprios jesuítas, em razão das proibições, os indígenas começaram a praticar a antropofagia sem os tradicionais rituais, para que evitassem ser flagrados. Em carta de 06 de Janeiro de 1550 Nóbrega afirma que: “um dia os Gentios comeram uma perna de um inimigo que tinham trazido da guerra, mas secretamente e sem fazer as festas do costume;” (NÓBREGA, 1988, p. 106).

Assim, quando eram interrogados pelos padres os índios negavam que estavam comendo seus contrários. Apanhados de surpresa pelas visitas inesperadas dos jesuítas, os naturais da terra comumente tentavam esconder aquelas práticas. Um exemplo disso foi presenciado pelo jesuíta Navarro. Em carta da capitania da Bahia em 28 de Março de 1550 o jesuíta afirmava: “indo eu visitar uma aldeã, vi que daquela carne cozinhavam em um grande caldeirão, e ao tempo que cheguei, atiravam fora uma porção de braços, pés e cabeça de gente, que era coisa medonha de ver-se” (NAVARRO, 1988, p. 77).

No mesmo ano da capitania de Porto Seguro o superior da missão também relatava este tipo de incidente com índios que já haviam sido batizados, assim discorreu: “um dia os Gentios comeram uma perna de um inimigo que tinha trazido da guerra, mas secretamente e sem fazer as festas de costume” (NÓBREGA, 1988, p. 106).

Os religiosos não estavam sozinhos na luta contra as práticas antropofágicas e receberam o apoio dos governantes da colônia. Na administração de Duarte da Costa – segundo Governador Geral que sucedeu Tomé de Sousa em 1553 – houve a instauração de medidas punitivas contra o canibalismo. Destas medidas destacou-se a pena de morte ao indígena que fosse apanhado cometendo tais atos, “de maneira que os Índios ficaram atemorizados” (NÓBREGA, 1988, p. 157).¹⁸ A antropofagia foi o traço da cultura ameríndia mais repudiada pelos padres e o mais difícil de ser combatido. Resultado das guerras inter-tribais representavam para os índios a preservação da memória de seus antepassados e seus entes queridos mortos nos combates, significava prestígio e respeito perante os outros membros da tribo e, além disso, a conquista da maturidade. Nesse último sentido era, também, um rito de passagem. Contudo, para os padres ao lado do incesto e da nudez, o canibalismo era profundamente condenável.

O repúdio ao indígena – à sua animalidade – centraliza-se em três formas de comportamento qualificadas de repugnantes e que seriam comuns a todos os ‘nativos’. São o *incesto*, o *canibalismo* e a *nudez*. Estes três ‘comportamentos’ são vistos como demonstrativos da barbárie em que viveria o gentio, como demonstrativos da boçalidade em que viveriam, como índices significativos da sua animalidade (NEVES, 1978, p. 56).

Destarte ser “bárbaro” significava não se ajustar as novas normas impostas pelos membros da Companhia, significava uma rejeição a cultura cristã ocidental e dessa maneira criava condições para que os nativos fossem reduzidos à escravidão, pois se tornava justo e legítimo por se apresentarem contrários à doutrina da Igreja. Sendo assim, “o canibalismo continuou a fornecer uma “causa justa” para pô-los em cativeiro” (SCHWARTZ, 1998, p. 41).

A proibição da prática antropofágica, por outro lado, veio à favorecer os colonos lusitanos. Se os indígenas não poderiam comer seus prisioneiros de guerra, (segundo as normas estabelecidas pelos religiosos) começaram negociá-los com os portugueses por meio dos “resgates,” os quais passariam a ser escravizados pelos colonos. Seria um modo dos indígenas conseguirem os objetos pretendidos sem terem que se submeter às duras horas de trabalho nas lavouras de cana-de-açúcar que vinham crescendo avassaladoramente e requisitavam cada vez mais de trabalhadores. Assim, “os índios preferiam vender uns aos outros para obter mercadorias do que labutar nos engenhos e nas propriedades administradas pelos lusos” (RAMINELLI, 1996, p. 70).

Contudo, a “comercialização” realizada entre os líderes tribais e os lusitanos não se iniciou com a repressão das práticas antropofágicas. Os portugueses antes da chegada da Companhia de Jesus já desenvolviam esta troca com os gentílicos através dos “resgates”, por meio dos quais seus prisioneiros de guerra eram trocados pelos objetos almejados. Os lusos haviam percebido que poderiam tirar proveito dos conflitos inter-tribais.

[...] os colonos buscavam suprir-se, inicialmente, de duas maneiras: através do escambo ou da compra de nativos. Na primeira forma de recrutamento, os portugueses ofereciam ferramentas, espelhos e bugigangas aos chefes indígenas na expectativa de que estes orientassem mutirões para as lavouras européias. [...] Na

segunda forma de recrutamento, os portugueses procuravam fomentar a guerra indígena com o intuito de produzir um fluxo significativo de cativos que, em vez de sacrificados, seriam negociados com os europeus como escravos. Entretanto, nenhuma das duas estratégias mostrou-se eficiente, devido à recusa dos índios em colaborar à altura das expectativas portuguesas (MONTEIRO, 1994, p. 30).

Entretanto, com o crescimento das atividades econômicas houve a necessidade de um maior número de trabalhadores e em consequência disso a exploração ao gentio se intensificou. Os índios oferecidos nas trocas esporádicas nas aldeias já não atendiam mais aos anseios dos colonizadores que passaram atacar as tribos indígenas com o propósito de raptar os naturais da terra e sujeita-los à escravidão. Tais ataques se constituíram em mais um dos obstáculos enfrentados pelos padres na conversão dos ameríndios.

Os colonizadores estavam interessados nos lucros que a escravização dos indígenas possibilitaria. Para isso, primeiramente procuraram se relacionar com os índios através dos “resgates”, posteriormente incitando os conflitos inter-tribais. Porém, a esta forma de obtenção de mão-de-obra nativa acrescentou-se uma outra, mais eficaz para os colonos, que gerava maior número de escravos e não dependiam da negociação com os próprios gentios. Desse forma, intensificaram-se os “saltos”¹⁹ às tribos para captura de “escravos da terra”²⁰. Esta prática foi duramente condenada pela Companhia de Jesus que procurou dialogar com a Coroa portuguesa afim de sanar estes episódios. Os religiosos defendiam que os índios só poderiam ser reduzidos a escravidão por meio da “guerra justa”, ou seja, se fossem contrários aos preceitos cristãos impostos pelos discípulos de Deus, ou se após serem convertidos fossem apanhados praticando seus antigos costumes. Mediante estas condições a escravidão seria lícita e dessa forma aceitável. Contudo os portugueses comumente desrespeitavam as condições impostas pelos jesuítas, tendo em vista que não havia um conjunto de leis que garantissem estas proibições.

Assim, as características pertencentes a cultura ameríndia, como a nudez, a poligamia, os conflitos inter-tribais, e principalmente às práticas antropofágicas foram tidas como bárbaras e acabaram criando condições para legitimar o discurso dos colonizadores portugueses para escravizar os naturais da terra. Entretanto, como já foi mencionado os jesuítas se colocaram como o grande obstáculo dos colonos (que almejam a exploração do gentio) e buscaram dialogar com a Coroa portuguesa mecanismos mais rígidos para proibir estas ações ilícitas. Algo que só seria discutido a partir de 1570 com a primeira lei de restrição a escravidão indígena na colônia.

Bibliografia

ANCHIETA, José de. *Cartas: informações, fragmentos históricos e sermões*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

BOXER, Charles R. *O Império Marítimo Português 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CAMINHA, Pero Vaz. *Carta a El-Rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2009.

CAPISTRANO, Abreu. *Capítulos da História Colonial: (1500-1800)*. Brasília: Ed de Brasília, 1963.

CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1980.

COSTA, Célio Juvenal. Os Jesuítas no Brasil: servos do Papa e súditos do Rei. *Revista Diálogos*, nº 2, vol. 10, Maringá, 2006, pp. 37-63.

EISENBERG, José. *As Missões Jesuíticas e o Pensamento Político Moderno: encontros culturais, aventuras teóricas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1980.

_____. *História da Província de Santa Cruz*. São Paulo: Hedra, 2008.

HANSEN, João Adolfo. A escrita da conversão. In: COSTIGAN, Lúcia Helena (org). *Diálogos da Conversão*. Campinas: Unicamp, 2005. pp. 15-43.

HUE, Sheila Moura. *Primeiras Cartas do Brasil (1551-1555)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

KUHNEN, Alceu. *As Origens da Igreja no Brasil 1500 a 1552*. Bauru: Edusc, 2005.

LEITE, Serafim. (org). *Cartas do Brasil e mais escritos do P. Manuel da Nóbrega*. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1955.

_____. *Monumenta Brasiliae*. Volume I (1538-1553). Roma: Monumenta Historica Societatis Iesu, 1956.

_____. *Monumenta Brasiliae*. Volume II (1553-1558). Roma: Monumenta Historica Societatis Iesu, 1957.

LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2007.

LONDOÑO, Fernando Torres. Escrevendo Cartas. Jesuítas, Escrita e Missão no Século XVI. In *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, nº 43, 2002 pp.11-32.

LUÍS, Washington. *Na Capitania de São Vicente*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1976.

MALHEIROS, Agostinho Marques Perdigão. *A Escravidão no Brasil - Ensaio Histórico-Jurídico-Social*. Vol. II (1867). Digitalização de edição em papel de 1867. Rio de Janeiro - Tipografia Nacional. Fonte Digital. Transcrição para eBooksBrasil©2008.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NAVARRO, Azpilcueta e outros. *Cartas Avulsas*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

NEVES, Luis Felipe Baeta. *O Combate dos Saldados de Cristo na Terra dos Papagaios: colonialismo e repressão cultural*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

NÓBREGA, Manoel da. *Cartas do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

PAIVA, José Maria. *Colonização e Catequese*. São Paulo: Arké, 2006.

PÉCORA, Alcir. Cartas à Segunda Escolástica. In: NOVAES, Adauto (org). *A Outra Margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. pp.373-414.

RAMINELLI, Ronald. *Imagens da Colonização: a representação do índio de Caminha à Vieira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

ROSA, Henrique S. J. *Os Jesuítas de sua origem aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1954.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SALVADOR, Frei Vicente. *História do Brasil: 1500-1627*. São Paulo: Editora Itatiaia, 1982.

SOUZA, Márcio. Teatro Sem Palavras. In: NOVAES, Adauto (org). *A Outra Margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. pp. 93-106.

STADEN, Hans. *Viagem ao Brasil*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2010.

VAINFAS, Ronaldo. *A Heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História Geral do Brasil: antes de sua separação e independência de Portugal*. São Paulo: Melhoramentos, 1962.

¹ O governador Tomé de Sousa foi nomeado por D. João III (1521-1557) para organizar e centralizar a administração das terras coloniais, visto os problemas existentes nos trópicos com o sistema de capitanias hereditárias. A criação do Governo Geral expressou os anseios do monarca lusitano por meio do Regimento de Tomé de Sousa de 1548 que continha tanto elementos de cunho administrativo e político, mas principalmente demonstrava a preocupação do rei de Portugal com a situação dos indígenas que além de viverem em pecado, sofriam com a exploração imposta pelos colonos portugueses. Neste sentido, a criação do Governo Geral manifestou a necessidade da criação de uma série de cargos e funções administrativas que se constituiriam na burocracia administrativa colonial.

² Os homens que desembarcam juntamente com Tomé de Sousa se abrigaram entre os 45 habitantes do povoado de Pereira, até que se iniciasse as obras de Salvador: local escolhido para ser a capital colonial.

³ A Instituição foi fundada em 27 de Setembro de 1540 por Inácio de Loyola (1491-1556) juntamente com Francisco Xavier, Simão Rodrigues, entre outros padres. A Companhia nasceu de uma idéia que prezava pelo retorno à pureza da primitiva Igreja e da conversão dos infiéis em resposta aos acontecimentos que ameaçavam a soberania da Igreja devido à ameaça do avanço do protestantismo (ROSA, 1954, p. 39).

⁴ A correspondência redigida pelo jesuíta não apresenta uma data precisa, mas certamente foi escrita entre 31 de Março e 15 de Abril.

⁵ Oriundo de Portugal juntamente com Manuel da Nóbrega, aprendeu o ofício de agricultor e tecelão no qual ensinou os nativos.

⁶ Carta de Manuel da Nóbrega ao padre Simão Rodrigues da capitania da Bahia em 09 de Agosto de 1549.

⁷ Autor da obra *Viagem ao Brasil* que foi publicado pela primeira vez em 1557. Seu livro relata sua experiência como prisioneiro dos índios tupinambás (inimigos dos tupiniquins) em 1554, permanecendo por dez meses e meio em constante perigo de morte.

⁸ Trecho da carta escrita por Manuel da Nóbrega da Bahia em 09 de Agosto de 1549.

⁹ Ver. CARDIM, Fernão. *Tratados da Terra e Gente do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1980 pp. 101-106.

¹⁰ Não pertencentes à família tupi. Eram também conhecidos por aimorés. Presentes na Bahia foram muito temidos pelos portugueses.

¹¹ Estes nativos foram muito visados pelos jesuítas, por serem muito receptivos aos ensinamentos da fé católica.

¹² Casta pertencente ao tronco jê. Foram os responsáveis pela devastação das capitanias costeiras. Se mostrando grandes combatentes e defensores de seus territórios. Podiam ser encontrados, sobretudo, ao norte do Espírito Santo.

¹³ Índios da família tupi, que os inácianos estabeleceram uma intensa comunicação.

¹⁴ Nativos de língua tupi habitavam a região costeira, sobretudo na Bahia. Estabeleceram alianças com os franceses, chegando a protegê-los dos ataques portugueses. Ver. LÉRY, Jean. *Viagem a Terra do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2007.

¹⁵ Carta de Manuel da Nóbrega de Porto Seguro em 10 de Agosto de 1549, enviada ao Dr. Navarro, seu mestre em Coimbra.

¹⁶ Viajante francês que desembarcou nas terras brasílicas em 1557. Estabeleceu seu primeiro contato com os *margaiá* (naturais que viviam nas proximidades da capitania do Espírito Santo, pertencentes ao tronco dos tupis, sendo dessa forma grandes inimigos dos franceses, por estes manterem uma relação de proximidade com os tupinambás). Posteriormente foi feito prisioneiro dos tupinambás, permanecendo entre eles por quase um ano.

¹⁷ Carta da Bahia em 28 de Março de 1550, destinada aos Padres e irmãos de Coimbra.

¹⁸ Carta quadrimestral de Janeiro até Abril de 1557, da Bahia ao padre Inácio de Loyola.

¹⁹ Nome atribuído aos ataques de portugueses às aldeias gentílicas visando a captura de escravos nativos.

²⁰ Termo utilizado para distinguir os escravos nativos dos escravos africanos também conhecidos como escravos da Guiné.